

**PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
NOVA PALMA – RS – BRASIL: UMA ABORDAGEM NA
PERSPECTIVA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR (PNAE)¹**

**PRODUCTION OF FAMILY AGRICULTURE IN THE MUNICIPALITY
OF NOVA PALMA - RS - BRAZIL: AN APPROACH TO THE
PERSPECTIVE OF THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM
(PNAE)**

Dreisse Gabbi FANTINELI²
Eduardo Schiavone CARDOSO³

Resumo: O presente trabalho tem como tema central a produção da agricultura familiar no município de Nova Palma – RS e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O objetivo geral da pesquisa foi analisar as influências sociais e econômicas do Programa no município. Os objetivos específicos são: a) evidenciar os aspectos positivos e as contradições do PNAE e sua relação com a agricultura familiar no município; b) identificar aspectos para a valorização da agricultura familiar por meio do PNAE; c) verificar a contribuição dos produtos agrícolas do PNAE na qualidade da merenda escolar das escolas do município; d) determinar a contribuição do PNAE na geração de trabalho e renda na agricultura familiar. Foram realizadas entrevistas com os agricultores familiares que participam do PNAE, com a extensionista da Emater do município, com a nutricionista da prefeitura e com uma merendeira escolar. O trabalho foi realizado nas seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo e a análise e discussão dos resultados. No município em questão, o PNAE contribui para a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, gerando trabalho e renda extra para os produtores. Também contribui no fornecimento de alimentos mais naturais e menos industrializados, aumentando a qualidade da merenda escolar no município.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, PNAE, Segurança Alimentar.

Abstract: The present work has as central theme the production of family agriculture in the municipality of Nova Palma - RS and the National School Feeding Program (PNAE). The general objective of the research was to analyze the social and economic influences of the Program in the municipality. The specific objectives are: a) to show the positive aspects and contradictions of the PNAE and its relation with family agriculture in the municipality; B) identify aspects for the valorization of family agriculture through the PNAE; C) verify the contribution of agricultural products of PNAE in the quality of school meals in the municipal schools; D) determine the contribution of the PNAE in the generation of work and income in family agriculture. Interviews were carried out with the family farmers who participate in the PNAE, with the city's Emater's extensionist, the city's nutritionist and a school lunch-box. The work was carried out in the following stages: bibliographic research, the field work and the analysis and discussion of the results. In the municipality in question, the PNAE contributes to the valorisation and strengthening of family agriculture, generating work and an extra income for the producers. It also contributes to the supply of more natural and less industrialized foods, increasing the quality of school meals in the municipality.

Keywords: Family Agriculture, PNAE, Food Safety.

¹ Artigo da dissertação de mestrado defendida em janeiro de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da UFSM.

² Doutoranda em Geografia pelo PPGGEO da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: dreissefantineli@gmail.com

³ Professor Doutor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: educard@smaail.ufsm.br

Introdução

A produção familiar tem grande potencial para a geração de renda, para manter o homem no campo, produzir alimentos com qualidade, contribuindo para a segurança alimentar da população e produzir de uma forma visando à sustentabilidade. Mas para que os agricultores familiares consigam desempenhar seu potencial, é necessário existir políticas públicas que deem suporte e auxiliem os mesmos na busca de um desenvolvimento voltado para a sustentabilidade, ou seja, que leve em conta os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Entre os programas para a agricultura familiar, está o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que a partir de 2009 fica estabelecido que no mínimo 30% dos produtos para a merenda escolar devem ser adquiridos da agricultura familiar. Esse programa possui vários objetivos, dentre os quais podemos destacar: o de ajudar no fortalecimento da agricultura familiar e garantir a segurança alimentar das crianças e jovens beneficiados com a merenda.

Poucos estudos se destinam a verificar as inserções das políticas públicas federais, como o PNAE, e detectar os resultados locais, para os habitantes do município, no sentido de melhorar a qualidade da merenda escolar e permitir trabalho e renda para a agricultura familiar local. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar as influências sociais e econômicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Nova Palma – RS.

As etapas da pesquisa foram: primeiramente foi feita uma caracterização geográfica do município de Nova Palma – RS, evidenciando os aspectos naturais, históricos e culturais, dando ênfase na economia do município. Para a realização desta etapa foram consultados materiais disponíveis no site da prefeitura do município e do IBGE. A construção da revisão de literatura centrou-se em 3 temas essenciais, sendo a segurança alimentar, a agricultura familiar e as políticas públicas (destacando o PNAE).

A segunda etapa foi o trabalho de campo, para conseguir alguns dados importantes sobre a produção dos agricultores familiares, junto a EMATER do município. A partir daí, foi construído o instrumento de coleta de dados na forma de entrevistas, sendo que o tipo de entrevista que mais se encaixou nesta pesquisa foi à entrevista semiestruturada.

Foram entrevistados os agricultores familiares participantes do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) do município de Nova Palma/ RS, que no caso, são em número de sete (7), a extensionista da Emater do município, a nutricionista da prefeitura e uma merendeira de uma das escolas beneficiadas com os alimentos. É importante colocar sobre o fato de existir produtores participantes do PNAE de Nova Palma, que são de outros municípios vizinhos, porém, quando determinados produtos não se encontram no próprio município, podem ser adquiridos de municípios próximos.

As entrevistas foram realizadas no decorrer do ano de 2016, nas propriedades dos entrevistados, com exceção do produtor de São João do Polêsine que foi realizada no escritório da Emater do município, pois o mesmo tinha que ir até o escritório.

A pesquisa utilizou o método dialético, pois este método permite estudar as contradições, que é um dos aspectos a ser pesquisado no trabalho, pois conforme Japiassu e Marcondes (1990 apud SPOSITO, 2004, p. 39), “o método dialético é aquele que procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão”.

Na etapa final foi feito a análise dos resultados e o debate com o referencial teórico, para ser possível atingir os objetivos propostos, e por fim, a finalização da pesquisa.

Geografia Agrária

A geografia agrária é um campo da geografia que tem crescido bastante, tanto a escola alemã como a francesa influenciou nos estudos da geografia agrária, cada uma contribuindo com suas características, porém La Blache ganhou destaque, devido ao estudo dos gêneros de vida. Para Diniz (1984, p. 37):

Sobretudo por influência de Vidal de La Blache, e como oposição às ideias do determinismo ambiental, toda a atividade humana foi analisada como reação às influências do meio físico. Naturalmente, a agricultura recebeu grande impacto dessa ideia, pois esta atividade cobria a maior parte da superfície habitada do planeta e devia representar, em alto grau, as diversas formas de reação e adaptação do homem ao meio ecológico. Dessa reação aparecem os gêneros de vida, que são conjuntos de técnicas, hábitos e processos que permitem ao homem a sua subsistência.

Vários geógrafos tiveram grande importância nos estudos da Geografia no Brasil, Alves (2009) fala da influência francesa na produção científica geográfica, devido à presença de diversos geógrafos franceses na fundação dos cursos de Geografia no Brasil, destacando Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig. E com uma metodologia diferenciada, a escola alemã foi representada por Léo Waibel.

Pierre Monbeig teve grande importância nos estudos da geografia agrária no Brasil, devido ao seu modo de ver e relacionar os fatos, além de destacar a importância do trabalho de campo, pois conforme afirma Alves e Ferreira (2011, p. 90) “as obras de Pierre Monbeig destacaram a importância do trabalho de campo na geografia, ressaltando os aspectos observáveis e vividos pelo geógrafo na prática empírica”.

Em cada época que a Geografia Agrária foi estudada, pesquisada, contribuiu para se chegar ao que temos hoje sobre essa temática tão importante para a Ciência Geográfica e para a Ciência em si própria. De acordo com Alves (2012, p. 318), a partir da metade da década de 1970, uma corrente de pensamento com um caráter mais sociológico na geografia agrária começou a surgir, buscando entender e lutar contra as desigualdades existentes no espaço agrário, esse momento ficou conhecido como Geografia Agrária Social. Esta Geografia é muito importante, pois, atualmente, com tantos problemas que o mundo está enfrentando, não teria como deixar de fora a relação do homem com seu meio. Diniz (1984, p. 54) aponta que:

Os geógrafos da agricultura têm hoje sérias preocupações com as questões sociais no campo. Enfatizam-se as relações sociais de produção e as questões ligadas à apropriação da terra, procura-se analisar com mais cuidado as condições de vida da população rural em relação à estrutura fundiária, evidenciam-se os conflitos pela terra.

Contribuindo com essa questão, Bray (2008, p. 13) “o geógrafo agrário deixa de realizar uma geografia pela geografia, rompe com o liberalismo político burguês e cada vez mais vem se conscientizando de que é um cientista social. E como cientista social, vem avançando nos estudos da realidade agrária nacional”.

Assim, fica claro a abrangência da Geografia Agrária, e sua importância nas questões ambientais, sociais, econômicas, entre outras. Sendo importante destacar algumas áreas da Geografia Agrária: Agricultura Familiar, Agroecologia, Educação do Campo, entre outras, que visem contribuir com um desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade. E a agricultura familiar está estritamente ligada com a questão da agroecologia e segurança alimentar, as quais nos dias de hoje, estão merecendo atenção dos órgãos públicos, para que

recebam apoio, contribuindo para a existência de uma produção com menos produtos químicos.

Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e o PNAE

A questão da segurança alimentar nos últimos anos vem sendo cada vez mais discutida. Para Belik (2003) desde os tempos coloniais no Brasil, já existia por parte dos governantes uma preocupação com a alimentação das pessoas. E essa preocupação se transforma nas políticas públicas a partir do século XX, com a manifestação dos movimentos sociais contra a carestia.

É a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que o conceito de Segurança Alimentar ganha força, e, em especial, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Após a Segunda Guerra, a segurança alimentar foi hegemonicamente tratada como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos, para isso, foi instituída iniciativas de promoção de assistência alimentar, que eram feitas em especial, a partir dos excedentes de produção dos países ricos. Já no início dos anos 70 a crise mundial de produção de alimentos levou a Conferência Mundial de Alimentação no ano de 1974, a verificar que era necessário existir uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada também a um aumento na produção de alimentos para a garantia da segurança alimentar (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010).

É possível verificar que a cada período, existia mudanças sobre a questão da segurança alimentar e produção de alimentos, pois conforme Burity, Franceschini e Valente (2010), no fim dos anos 80 e início dos 90, a conceituação de segurança alimentar incorporou também, a noção de acesso a alimentos seguros, ou seja, não contaminados biológica ou quimicamente.

E sobre a questão de alimentos contaminados, é possível verificar que a agricultura familiar possui uma importante contribuição na garantia da segurança alimentar da população, pois nos dias de hoje, com a grande quantidade de produtos químicos utilizados na produção de alimentos, a saúde das pessoas está correndo um sério risco. E infelizmente, o Brasil está entre os países que mais utilizam esses produtos na produção de alimentos, pois conforme Marques (2012, p.137), “o consumo aparente de agrotóxicos, que era por volta de 0,60 kg/ha de princípio ativo em 1977, passou para aproximadamente 2 kg/ha em 1999”. Trazendo dados mais atualizados,

Mas foi na última década que o uso de agrotóxicos no Brasil assumiu as proporções mais assustadoras. Entre 2001 e 2008 a venda de venenos agrícolas no país saltou de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões, quando alcançamos a triste posição de maior consumidor mundial de venenos (LONDRES, 2011, p. 19).

Infelizmente a situação do Brasil não é nada agradável com relação ao uso de produtos químicos na produção de alimentos, tendo consequências negativas para a saúde da população e para o meio ambiente, que podem ser a curto, médio e longo prazo. Por isso é importante à produção agroecológica dos alimentos, sendo que a agricultura familiar possui um potencial de fornecer alimentos produzidos sem o uso de produtos químicos. De acordo com Salamoni (2015, p. 166) “diante desse contexto, acredita-se que a produção familiar na agricultura representa o espaço que possui as condições adequadas para realizar a transição para um processo de desenvolvimento rural sustentável”. E falando sobre as várias maneiras que o segmento da agricultura familiar possui para se adequar a certas situações, a autora continua falando que:

A capacidade de adaptação deste segmento vai atuar favoravelmente à aplicação dos princípios agroecológicos, uma vez que a escala das propriedades é relativamente pequena, voltada prioritariamente para o abastecimento local e regional, em vez de mercados externos (SALAMONI, 2015, p. 166).

É possível perceber que o conceito de segurança alimentar é amplo e complexo, mas fica claro também, que acima de tudo, se baseia na ideia de garantir alimentos de qualidade e quantidades nutricionais adequadas para suprir as necessidades básicas, e permitir o acesso aos mesmos.

O poder público possui a responsabilidade de criar políticas públicas que tenham por objetivo garantir a segurança alimentar da população, seja no acesso e na qualidade dos alimentos. As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar começaram a surgir de uns anos para cá, pois essas eram voltadas para a grande produção. Pode-se dizer que foi com o surgimento do PRONAF, em 1996, que os agricultores familiares começaram a ter acesso a crédito rural, etc. De acordo com Medeiros (2001, p. 103) “os anos 90 se encerram no Brasil com o crescimento da visibilidade política de dois segmentos sociais no meio rural: os “sem terra” e os “agricultores familiares””. Sobre a importância do PRONAF na região Sul, Picolotto (2011) afirma que o impacto ocasionado pela criação do PRONAF na região Sul do Brasil, foi muito expressivo. De um lado, por ter conseguido materializar a conquista de uma política distinta para o segmento de agricultores, bandeira de luta que estava sendo implantada desde a década de 80 pelo movimento sindical.

Com o tempo os pequenos agricultores foram conseguindo seu espaço, e nos dias de hoje, é possível dizer que existem um número razoável de políticas voltadas para o segmento da agricultura familiar, porém, ainda não são suficientes, para suprir as necessidades de muitas unidades familiares em diferentes regiões do país. Gehlen (2004) fala que o modelo familiar, com uma boa estrutura, com adequadas políticas, e eficiente tanto econômico quanto socialmente, sendo sensível às questões ambientais, por isso, é possível afirmar que é um sistema sustentável ou durável.

A partir de 2009 o poder público inseriu os agricultores familiares no Programa da merenda escolar, como forma de fortalecer esse segmento. A lei que estabeleceu que parte da merenda escolar deve ser adquirido da agricultura familiar, foi a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, que diz:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, às comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Dados do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com relação à produção dos agricultores familiares mostram a contribuição destes na produção de alimentos para abastecer o mercado interno, destacando a necessidade de apoiar este modelo produtivo, através das políticas agrárias e agrícolas, valorizando também, a produção dos agricultores familiares. Com relação ao recente caráter da legislação, análises da compra de alimentos para a merenda escolar são relevantes, levando em conta a necessidade de fortalecer a agricultura familiar, de estimular a utilização de alimentos regionais, ou seja, respeitar os hábitos alimentares locais e também, aumentar o consumo de alimentos in natura pelos estudantes, como definido nas diretrizes do PNAE (SARAIVA et. al., 2013).

Nova Palma possui uma população aproximada de 6.588 habitantes (IBGE), tendo uma economia baseada na agropecuária, nas indústrias de pequeno porte e na significativa presença da CAMNPAL (Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda) (PREFEITURA MUNICIPAL, S/D). Na agricultura, “com destaque para o cultivo de feijão, fumo e milho” (ITAQUI, 2002, p. 36).

O município possui vários atrativos naturais e culturais que atraem muita gente, dentre eles está o Balneário Municipal e a Rota das Esculturas que é um conjunto de 12 obras esculpidas pelo artista Rogério Bertoldo (PREFEITURA MUNICIPAL, S/D). A Rota das Esculturas pertence ao município de Júlio de Castilhos/RS, porém, fica mais próximo de Nova Palma, por isso muitos até acreditam e falam que pertence a este município.

PNAE, geração de renda e a valorização dos agricultores familiares

A inserção da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para a merenda escolar começou em 2009, através da Lei 11.947. São 7 produtores no total que fornecem os seus produtos para a merenda escolar no município de Nova Palma/RS, sendo 3 produtores e 1 agroindústria de Nova Palma mesmo, 2 agroindústrias de Faxinal do Soturno e 1 produtor de São João do Polêsine. A seguir o perfil dos produtores:

Nova Palma:

Produtor 1: Agroindústria (4 famílias de quilombolas) – fornecem pães e bolachas.

Produtor 2: fornece alface, tempero verde, beterraba, repolho, moranga cabotí e laranja.

Produtor 3: fornece milho e ervilha.

Produtor 4: fornece mandioca, batata doce, cebola e alho.

Faxinal do Soturno:

Produtor 5: Agroindústria (2 famílias – cunhadas) – fornecem agnolini e massa.

Produtor 6: Agroindústria – fornece geleia.

São João do Polêsine:

Produtor 7: fornece bananas.

É possível afirmar que dentre os inúmeros benefícios que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) trouxe para os agricultores familiares, um dos principais foi à venda garantida e assim, a geração de renda. Saraiva et. al. (2013, p. 929) complementam essa questão falando que “[...] abriu-se mais um espaço de produção e comercialização para a agricultura familiar, [...]”.

Nesse sentido, todos os produtores entrevistados foram unânimes em dizer que a melhor vantagem é ter a venda garantida dos produtos. Quando perguntado sobre o valor pago, todos falaram que é um bom valor, e 3 produtores até falaram que o valor pago pelo PNAE é maior do que quando vendem na feira ou para o mercado. O produtor 7 falou que “o valor pago pelo PNAE chega a ser o dobro do que quando vendo para outro lugar”. Sendo importante mencionar o relato da produtora 6, que ainda citou outra vantagem de participar do Programa, falando que “além da venda garantida, o Programa abriu portas, ajudando também na divulgação dos meus produtos”.

A nutricionista da prefeitura e a extensionista da Emater do município que acompanham os produtores também relatam essa vantagem da venda garantida e assim, uma renda extra. Para a nutricionista as principais vantagens do PNAE para os produtores são “a venda garantida dos produtos, a lucratividade e o estímulo para continuar produzindo”. É

possível afirmar que essas vantagens relatadas pelos próprios produtores, pela extensionista e pela nutricionista, vão de acordo com o FNDE (2015, p. 5) onde consta que “para o agricultor familiar, representa um canal importante de comercialização e geração de renda com regularidade, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural (...)”.

Além dessas questões já mencionadas sobre as vantagens do Programa, a extensionista falou num tema muito importante, relatando que “o PNAE contribui para a valorização do idoso, do jovem e dos grupos de vulnerabilidade social, como no caso aqui do município a agroindústria formada pelos quilombolas” (figura 2). E ela ainda segue falando que “através da agroindústria ocorreu à inclusão social desse grupo de produtores, gerando a renda para a sobrevivência das famílias”. Sobre a valorização do idoso, foi possível observar no trabalho a campo, que um dos 7 produtores participantes do Programa, é formado por um casal de idosos, onde a esposa ajuda na produção, sendo também possível verificar que ela gosta do que faz.

Figura 2 - Produtos (pães e bolachas) fornecidos pela agroindústria.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Um ponto importante que a nutricionista relatou sobre a vantagem do PNAE para o município foi que “o Programa contribui através da venda local para o fortalecimento do município, pois a renda fica aqui”, e ela ainda fala sobre a questão da divulgação dos produtos, pois “os produtores vão ficando conhecidos, vão conversando entre si, até mesmo entre os municípios vizinhos como Polêsine e Faxinal, vão divulgando seus produtos, e conseguem aumentar as vendas, fazendo circular a mercadoria e o capital entre os municípios”.

A maior parte dos produtores entrevistados têm outros pontos de vendas, como: os mercados, as feiras, os restaurantes, o comércio na própria propriedade e alguns ainda entregam à domicílio, sendo que o produtor 4 entrega somente para o PNAE, pois sua principal fonte de renda é a soja. Schultz (2011) sobre a comercialização em feiras aponta que a atividade profissional é redefinida, ampliando as relações sociais, integrando o agricultor a partir das referências construídas no contato direto com o consumidor.

Quando perguntado sobre o que gostariam de mudar no programa, foi unânime nas respostas a questão da municipalização, ou seja, que voltasse a ser como nos outros anos, onde o município era responsável por comprar os alimentos para as escolas municipais e estaduais, pois este ano devido à falta de repasse do governo do Estado, o município ficou responsável pela compra da merenda apenas para as escolas municipais, que são 3 escolas e 1 creche.

Esta questão acarretou consequências negativas para os produtores, pois a quantidade de produtos diminuiu, baixando a venda e assim, a renda. Isso aconteceu devido ao fato dos próprios produtores terem que entregar os alimentos nas escolas estaduais, e como algumas escolas são mais retiradas, dificulta o acesso, além do tempo que deixam de trabalhar na própria propriedade, e com isso, muitos produtores não estavam mais entregando seus produtos nessas escolas estaduais, acarretando assim, um baixo rendimento na renda familiar.

Colaborando com essa percepção, o produtor 3, relatou ainda que “como a quantidade que eu costumava entregar diminuiu, tive que congelar as ervilhas, tendo que deixar o freezer ligado, assim, além de vender menos ainda estou gastando mais luz”. Por este fato, quando perguntado se iria continuar participando do Programa no próximo ano, ele foi o único que ficou indeciso, pois os outros 6 produtores afirmaram que pretendem continuar em 2017. Sobre o fato de não ser mais municipalizado as compras para a merenda escolar, a nutricionista complementa falando que “os anos de 2014 e 2015 foram ótimos, tinha recurso suficiente, porém, este ano de 2016, que a compra deixou de ser municipalizada, foi possível perceber uma queda nas compras, devido ao pouco recurso vindo”. Nessa situação, é possível observar a importância do poder público valorizar e auxiliar nas políticas públicas de incentivo para a agricultura familiar.

Na pergunta sobre a desvantagem do PNAE, a nutricionista mencionou a questão da agroindústria, “a questão da legalização das agroindústrias deveria ser menos burocrática, pois muitos produtores têm condições de produzir bons produtos, porém, como não tem a agroindústria legalizada, não podemos comprar os produtos deles. E muitas vezes eles até queriam ser regularizados, mas devido à parte burocrática, e até mesmo a falta de incentivos, não conseguem”. Já a extensionista também falou da parte burocrática, mas com relação à documentação, “acho que a questão da certidão negativa de débito poderia ter um prazo maior, pois os produtores a cada 3 meses tem que irem na prefeitura retirar essa certidão, que serve para comprovar que não estão devendo nada para a prefeitura, sendo que o valor de cada certidão é de R\$ 17,00”. Outra situação em que o poder público ao invés de dar mais incentivo aos agricultores familiares, dificulta através da burocracia.

Sobre a questão dos orgânicos, quando perguntado se eles produziam orgânicos (tirando a agroindústria de bolachas e pães), todos disseram que tentam ao máximo, que só usam alguma coisa de produto químico quando realmente é necessário, e que mesmo assim, procuram utilizar produtos que não sejam tão fortes. Este fato também se deu para a agroindústria de agnolini e massas, pois como é utilizado temperos, a produtora relatou que dificilmente precisa colocar algum produto químico. Na agroindústria de geleia, a mesma questão, pois a produtora falou que dependendo da época, utiliza algumas frutas da própria propriedade, e que evita ao máximo fazer uso de produtos químicos. Foi possível verificar que todos tem a preocupação de produzir da forma mais saudável possível, pois pensam nas crianças e jovens que irão consumir os alimentos, e até mesmo o próprio produtor e a sua família. Para Moreira (2013) no âmbito da agricultura familiar há uma importância cada vez maior na produção de frutas e de hortaliças que sejam livres de resíduos de agrotóxicos, que respeitem os princípios da segurança alimentar e que não comprometam o ambiente de produção agrícola.

É possível verificar que a agricultura familiar possui um grande potencial para a promoção de uma alimentação mais saudável no ambiente escolar, pois quando perguntado

para a nutricionista sobre a qualidade dos alimentos, essa relatou que é visível à diferença entre os produtos entregue pelos produtores se comparados com os do mercado. Ela falou que é feita uma seleção antes dos produtos serem entregues nas escolas, mas que os próprios produtores são bem criteriosos com relação à qualidade dos produtos entregues. Já a merendeira relatou que algumas vezes as verduras chegam um pouco murchas, como a alface, porém ela mesma acredita que seja pelo fato de serem colhidas um dia antes, e muitas vezes até pelo calor, murcham e estragam com mais facilidade. Mas esse fato não altera a opinião dela com relação à qualidade dos alimentos fornecidos pelos agricultores familiares, pois ela mesma falou que “são alimentos de boa qualidade, com procedência”.

Sobre a segurança alimentar, a extensionista da Emater falou que é trabalhada essa questão com os produtores, onde mostram a importância de não utilizar agrotóxicos, das alternativas que são ensinadas e trabalhadas com os produtores para substituir os produtos químicos, de priorizar sempre a qualidade dos alimentos em vez da quantidade, o incentivo também por novos produtos no caso das agroindústrias, através de oficinas. Essa questão da qualidade dos alimentos e segurança alimentar está claro também na lei que estabeleceu a compra dos alimentos da agricultura familiar, pois de acordo com Sambuichi et. al. (2014, p. 97):

O Artigo 12 da Lei nº 11.947/2009 deixa clara a preocupação alimentar e nutricional, incluindo o respeito à cultura e a tradição alimentar local. A lei incluiu também, entre as diretrizes do programa, o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados e produzidos em âmbito local.

É fundamental que existam cada vez mais incentivos voltados para a produção de alimentos mais saudáveis, que vise a sustentabilidade. Caporal e Costabeber (2006) complementam essa questão falando da importância da agricultura familiar para a qualidade dos alimentos, falando que “(...) o fortalecimento da agricultura familiar deve fazer parte das estratégias de desenvolvimento rural, pois têm a potencialidade de contribuir, de forma decisiva, para a produção de alimentos básicos em quantidade e qualidade” (CAPORAL; COSTABEBER, 2006, p. 165).

Também foi importante a contribuição da merendeira, quando perguntado se algum alimento depois da inserção da agricultura familiar no Programa foi resgatado, e de acordo com ela “a batata doce, a mandioca e a moranga cabotiá, eram produtos que dificilmente vinham para nós”, e ela ainda relata que “é possível verificar que os três alimentos são bem aceitos pelos alunos”. Quando perguntado sobre o resgate de algum alimento para a nutricionista, esta falou que “o milho em espiga, a mandioca e a batata doce, por serem produtos que não eram comprados em pregão, e que por conta de serem culturas que quase todos os produtores familiares produzem, se fez valer para estar incluído na alimentação escolar”. Ela ainda relata que “a massa caseira congelada que é comprada é algo que não se tinha antes da agricultura familiar”.

Com isso, percebe-se que a agricultura familiar também contribui no resgate de alimentos importantes e nutritivos aos alunos, podendo ser relacionado até mesmo com a cultura alimentar local. Segundo a merendeira, o cardápio preferido dos alunos é arroz, feijão, batatinha com molho e salada (de alface, trigoilho, beterraba e cenoura). Quando perguntado se a salada era bem aceita por eles, ela falou que “sim, eles gostam bastante”.

Com os alunos das escolas, a nutricionista relatou que são feitas oficinas sobre educação alimentar, mostrando as vantagens de uma alimentação saudável, de como aproveitar os alimentos, entre outros. Para Rodrigues, Zaneti e Laranjeira (2012), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a promoção da alimentação saudável são importantes para a

qualidade de vida e a saúde. A situação epidemiológica da população do Brasil, com os altos níveis de doenças crônicas não transmissíveis, requer que sejam adotadas medidas de prevenção em todas as faixas etárias, sendo que quando iniciadas precocemente são mais efetivas, no caso, na infância. Sendo assim, a escola é um apropriado ambiente para essa iniciativa e suas ações são de suma importância para que seja possível a adoção de um modo de vida saudável dos indivíduos e das comunidades. E é possível afirmar que o PNAE contribui na garantia de uma alimentação benéfica para os alunos e também, para contribuir com hábitos mais saudáveis para toda comunidade escolar envolvida.

Sobre a educação alimentar, Peixinho (2011) contribui falando que na dimensão pedagógica, o ato de alimentar-se, sobretudo na escola, pode ocasionar diversos momentos de aprendizagem, pois o alimento pode ser estudado de várias maneiras, como pelo lado nutricional, estando diretamente relacionado com a promoção de uma alimentação saudável, e no lado econômico, pode-se considerar o fato da economia local ser transformada pelo ato de plantar, colher, cultivar e distribuir os alimentos, fazendo com que esses cheguem à mesa do consumidor.

Seguindo na questão da comunidade escolar envolvida na educação alimentar, a merendeira falou que elas também participam de oficinas e cursos, como manuseio, conservação e preparo dos alimentos, porém relatou que o intervalo entre as oficinas é grande, pois “a última oficina realizada foi há 2 anos em São João do Polêsine”. Ela gostaria que essas oficinas e cursos fossem mais frequentes, pois acredita que “são importantes para melhorar, se atualizar e trocar experiências com as outras colegas e os profissionais envolvidos”. E um fato importante também de ser mencionado, foi o que ela disse quando perguntado sobre o que ela entendia do PNAE e da agricultura familiar, ela relatou “acho muito importante este Programa para os agricultores, pois valoriza o trabalho deles” e ainda mencionou que “é no mínimo 30% que tem que ser comprados deles né”, ou seja, a entrevistada tem uma visão bem positiva do PNAE para os agricultores familiares.

Foi possível verificar o aumento na qualidade da alimentação fornecida aos alunos, desde a inclusão dos agricultores familiares no programa, pois de acordo com a merendeira, “antes a grande parte dos produtos eram industrializados, como os enlatados (almôndegas, sopão), vinha tudo com muito sal, conservantes, diferente de agora, que os alimentos são mais naturais, chegam mais frescos”. Nessa questão tanto a nutricionista como a extensionista também relataram sobre a melhora nos alimentos, diminuindo o consumo de produtos enlatados, com conservantes, por produtos mais frescos, saudáveis. Além da importância do Programa em fornecer e garantir uma alimentação mais saudável para os alunos, a presença do nutricionista também é de suma importância, pois conforme Chaves et. al. (2009, p. 859):

Para a elaboração do cardápio, o PNAE preconiza a presença do nutricionista, o qual assume a responsabilidade técnica pelo Programa, pois, sabe-se que o cardápio elaborado de acordo com a ciência da nutrição contribui para promoção de hábitos alimentares saudáveis, incentiva o consumo de alimentos regionais e promove melhoria da saúde da população atendida.

No município de Nova Palma quem organiza o cardápio é a nutricionista concursada da prefeitura. Foi possível perceber na entrevista realizada com a mesma, e durante uma visita feita com a extensionista e a própria nutricionista na agroindústria de pães e bolachas, o interesse e preocupação que ela possui, em ter contato com os fornecedores, muitas vezes tirando dúvidas, esclarecendo algumas questões e até mesmo dando ideias de variar os produtos, as receitas. Este fato foi um entre os vários que chamaram a atenção, durante a pesquisa, pelo empenho da nutricionista na questão em querer que dê certo, a consideração e

preocupação tanto com os produtores, como também com a qualidade dos alimentos para a merenda.

Considerações finais

O Programa Nacional de Alimentação (PNAE) desde 2009, determina que no mínimo 30% da merenda seja oriundo da agricultura familiar, contribui na valorização e fortalecimento dos agricultores familiares. Com o PNAE os produtores têm uma venda garantida de seus produtos, e assim, uma renda extra na propriedade. O Programa também é um incentivo para manter o jovem no campo, e para a valorização do idoso, através do seu trabalho.

Além de o Programa ocasionar consequências positivas para os agricultores, para os escolares, o PNAE possui uma importante função, pois contribui de maneira significativa no consumo de alimentos mais saudáveis, com procedência, de qualidade, em detrimento de produtos industrializados, enlatados, como era há uns anos atrás. Outra questão observada foi com relação ao resgate de alimentos que eram cultivados no município, mas que não eram fornecidos nas escolas antes da inserção da agricultura familiar no PNAE. Com relação à alimentação dos alunos, acontecem oficinas voltadas a uma educação alimentar, contribuindo ainda mais para a melhoria da alimentação dos alunos, e também, são realizadas oficinas com as merendeiras.

Foi possível verificar que no município de Nova Palma o PNAE consegue atingir os seus objetivos, pois na visão de todos os entrevistados que tem contato com o Programa, ficou constatada a geração de trabalho, de renda e a qualidade dos alimentos fornecidos para as escolas. Infelizmente neste ano, devido à falta de repasse do governo do Estado, as compras diminuíram um pouco, pois o município passou a comprar apenas para as escolas municipais, ficando a cargo dos produtores entregarem seus produtos para as escolas estaduais, o que dificultou para os mesmos. Mas essa questão não tem relação direta com o PNAE, e sim, questões entre o Estado e o município.

Sendo assim, a pesquisa conseguiu atingir os seus objetivos propostos, mostrando os benefícios e as contradições existentes tanto no lado social como econômico do Programa no município em questão.

Referências

ALVES, F. Abordagens Metodológicas da Geografia Agrária Clássica Brasileira. **Caminhos de Geografia**. V. 13, n. 42. 2012.

ALVES, F. Estudos Rurais e o Pensamento Geográfico Brasileiro: do positivismo clássico ao neopositivismo. **Anais: V Encontro de Grupos de Pesquisa**. 2009.

ALVES, F.; FERREIRA, E. História da Geografia Agrária Brasileira: Pierre Monbeig e Leo Waibel. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 22, 2011.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. v. 12, n. 1, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, de 16 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: maio de 2015.

BRAY, S. C. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5. 2008.

BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito à Alimentação Adequada (DHAA). In: BURITY, V. et. al. (Orgs.). **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**. Vol. 1, n. 1. 2006. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/1741>. Acesso em: maio de 2015.

CHAVES, L. G. et. al. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Rev. Nutrição**. 22(6), 2009.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – **Cartilha do Programa Nacional de Alimentação Escolar** – Aquisição de produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/pnae_manual_aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar_2_ed%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/pnae_manual_aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar_2_ed%20(1).pdf). Acesso em: abril de 2016.

GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2), 2004.

INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abril de 2015.

ITAQUI, J. **Quarta Colônia: Inventários Técnicos**. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia, 2002.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS – PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MARQUES, J. F. Agricultura e Meio Ambiente: Breves Considerações. In: HAMMES, Valéria. **Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Embrapa: Brasília, 2012.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013. **Comercialização**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-ali/como-funciona-compra-e-venda-de-produtos-da-agricultura-familiar>. Acesso em: abril de 2016.

MEDEIROS, L. S. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Coord.). **Una nueva ruralidade em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MOREIRA, M. R. S. Um olhar sobre a agricultura familiar, a saúde humana e o ambiente. **Ciência e Cultura**. Vol. 65, nº 3. São Paulo, 2013.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2011. 135f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). São Paulo, 2011.

PICOLOTTO, E. L. Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos de direitos. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMA, S/D. **Histórico**. – Disponível em: <http://www.novapalma.rs.gov.br/o-municipio>. Acesso em: março de 2015.

RODRIGUES, L. P. F.; ZANETI, I. C. B.; LARANJEIRA, N.P. Sustentabilidade, Segurança Alimentar e Gestão Ambiental para a promoção da Saúde e Qualidade de Vida. **Participação**. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/23389>. Acesso em: abril de 2016.

SALAMONI, G. Produção familiar camponesa: a agroecologia como estratégia frente à integração aos complexos agroindustriais. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; DAVID, C. **Agricultura e Transformações socioespaciais: Olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

SAMBUICHI, R. H. R. et. al. Compras Públicas Sustentáveis e Agricultura Familiar: a experiência do Programa de Aquisição de alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R. et. al. (Orgs.). **Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014.

SARAIVA, E. B; et. al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**. 18(4), 2013.

SCHULTZ, G. Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SDR – Secretaria do Desenvolvimento Agrário e Cooperativismo. 2015. **Documentos**. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/30114529-cartilha-programa-estadual-de-agroindustria-familiar-peaf.pdf>. Acesso em: outubro de 2016.

Artigo recebido em 27-02-2019
Artigo aceito para publicação em 04-07-2019